

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE PARINTINS – CESP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

IAN ANTONIO DA SILVA E SILVA

**A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO AUXÍLIO NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO DE
UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PARINTINS**

Parintins

2018

IAN ANTÔNIO DA SILVA E SILVA

**A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO AUXÍLIO NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PARINTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas para obtenção do grau de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a . Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos.

Parintins

2018

IAN ANTÔNIO DA SILVA E SILVA

**A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS COMO AUXÍLIO NO
ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO EM
UMA ESCOLA MUNICIPAL NA CIDADE DE PARINTINS**

Trabalho de conclusão de Curso de Graduação
em Pedagogia, pela Universidade do Estado do
Amazonas apresentado como exigência para
obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: ____/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a . Dra. Georgina Terezinha Brito de Vasconcelos.
Presidente

Prof.Msc. Francisca Keila Freitas de Amoedo
Membro

Prof. Msc. Virgílio Bandeira do Nascimento Filho
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, aos meus pais Jucimara Costa e José Lourenço, meus maiores exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer a Deus, por me ouvir, abençoar, por ter me dado sabedoria e forças durante essa trajetória. Serei grato eternamente! Aos meus irmãos, Marcos Vinícius e Pablo Lourenço, pelo apoio e por terem me acompanhado nessa caminhada acadêmica.

A minha namorada, Leonara Farias, pelas palavras de ajuda, por me motivar e permanecer ao meu lado durante a construção desse trabalho.

Esse momento também é de vocês, principalmente pelo o quanto acreditaram em mim. Muito obrigado!

A Professora Dra. Georgina Terezinha, que neste processo foi minha orientadora, muito obrigado por ter aceitado juntamente comigo o desafio de construir esta pesquisa, sua ajuda foi de suma importância para este processo.

Por fim, agradeço a todos que de certa forma contribuíram para que minha formação acadêmica fosse concluída. Meu muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a utilização dos recursos pedagógicos como auxílio no processo ensino aprendizagem de dois alunos com baixa visão em uma escola municipal de Ensino Fundamental na cidade de Parintins. Apresenta como problemática a seguinte questão: Como os recursos pedagógicos utilizados pelos professores, podem servir como auxílio no processo ensino/aprendizagem dos alunos com baixa visão? O referencial teórico e metodológico está fundamentado em autores como: Lima (2004); Lakatos (2003); Fachin (2006); Alves (2006). Pautada numa perspectiva Dialética, a presente investigação inscreve-se nos parâmetros da abordagem qualitativa. Serviram de sujeitos para essa pesquisa, dois (02) alunos com baixa visão, (03) professores da escola e uma mãe de aluno. Os procedimentos para a coleta de dados foram à observação participante e a entrevista semiestruturada. Foram analisados dados como que recursos são utilizados para trabalhar o ensino/aprendizagem desses alunos com baixa visão, as dificuldades e desafios enfrentados pelas professoras para trabalhar com os alunos que apresentam esse tipo de deficiência. Os resultados da pesquisa apontam que trabalhar com a Educação Especial não é uma tarefa fácil pois os professores passam por algumas problemáticas, que perpassam desde a sua formação para atuar em classes de alunos com necessidades educacionais especiais até a aplicação de metodologias e recursos adequados que sirvam como auxílio no ensino/aprendizagem desses alunos que apresentam baixa visão.

Palavras-chave: Baixa Visão; Ensino e aprendizagem; Recursos pedagógicos.

ABSTRACT

This research aims to investigate the use of teaching resources as an aid in the process of teaching learning of two students with low vision in a municipal school of Elementary School in the city of Parintins. It presents as problematic the following question: How the pedagogical resources used by the teachers, can serve as an aid in the teaching / learning process of the students with low vision? The theoretical and methodological framework is based on authors such as: Lima 2004; Lakatos 2003; Fachin 2006; Alves 2006. Based on a Dialectic perspective, the present research is part of the parameters of the qualitative approach. Subjects used for this research were two (02) low vision students, (03) school teachers and one student mother. The procedures for data collection were the participant observation and the semi-structured interview. Data were analyzed as resources that are used to work the teaching / learning of these students with low vision, the difficulties and challenges faced by the teachers to work with the students that present this type of deficiency. The results of the research indicate that working with Special Education is not an easy task because teachers go through some problems, ranging from their formation to work in classes of students with special educational needs until the application of appropriate methodologies and resources that serve as an aid in the teaching / learning of those students who have low vision.

Keywords: Low Vision; Teaching and learning; Pedagogical resources.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: Tiposcópio | 30 |
| FIGURA 2: Sala de recursos da escola | 47 |
| FIGURA 3: Foliando o ABC | 48 |
| FIGURA 4: ABC | 48 |
| FIGURA 5: Jogos educativos..... | 49 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1: Caracterização do perfil das professoras. | 36 |
| QUADRO 2: Caracterização do perfil dos alunos. | 37 |
| QUADRO 3: Caracterização do perfil da mãe..... | 38 |
| QUADRO 4: Formação das professoras..... | 40 |
| QUADRO 5: As dificuldades e desafios enfrentados para ensinar alunos com baixa visão. | 43 |
| QUADRO 6: Entrevista com os alunos. | 45 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---------------|---|
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| MEC | Ministério da Educação |
| CENESP | Centro Nacional de Educação Especial |
| SEESP | Secretaria de Educação Especial |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| SRM | Salas de Recursos Multifuncionais |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 1.1 Contexto Histórico Educação Especial..... | 14 |
| 1.2 Educação Especial Numa Perspectiva Inclusiva | 19 |
| 1.3 Deficiência Visual: Concepções e Características | 22 |
| 1.4 Baixa Visão: Uma Barreira a Ser Transposta | 24 |
| 1.5 Os Recursos Pedagógico para Alunos Com Baixa Visão | 27 |
| 1.6 A Sala De Recursos Como Instrumento de Auxílio na Aprendizagem dos Alunos Deficientes Visuais | 30 |
| CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 33 |
| 2.1 Tipo de Pesquisa..... | 33 |
| 2.2 Contexto da Pesquisa | 34 |
| 2.3 Participantes da Pesquisa | 35 |
| CAPÍTULO III ANÁLISE DE DADOS..... | 36 |
| 3.1 Caracterizações do Perfil dos Participantes e Suas Formações | 36 |
| 3.2 Quais as Dificuldades e Desafios Enfrentados Pelas Professoras Para Ensinar Alunos Com Baixa Visão | 42 |
| 3.3 Como os Alunos de Baixa Visão (A1, A2) Se Sentem Com Relação às Atividades Propostas Pelas Professoras | 44 |
| 3.4 Recursos Pedagógicos Utilizados Pela Professora PSR Para Trabalhar Com Alunos de Baixa Visão | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 50 |
| REFERÊNCIAS..... | 52 |

INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver esta pesquisa, surgiu a partir da disciplina **Metodologia da Alfabetização**, estudado durante a graduação em Pedagogia, em que fomos realizar uma atividade de leitura em uma escola municipal com alunos do 3º ano, quando realizei a disciplina a professora pediu para que acompanhássemos acompanhar durante uma semana a turma, tive a oportunidade de ficar na mesma sala de um aluno com baixa visão, desta maneira pude observar como aquele aluno era tratado em sala de aula, na maioria das vezes ele não conseguia acompanhar as atividades, tinha muitas dificuldades, a professora só passava atividades xerocopiadas que dificultavam sua leitura, a educadora não procurava meios de adaptar atividades para aquele aluno que tinha necessidades educacionais especiais. Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada em outra escola municipal.

Desta maneira surge o interesse por essa pesquisa, com a finalidade de procurar conhecer o aluno com baixa visão, os recursos pedagógicos que as professoras utilizam para facilitar o aprendizado dessas crianças, e nessa tentativa de conhecimento, foram sendo feitos alguns questionamentos aos alunos para saber o que eles achavam das aulas propostas pelas professoras e dentro dessa perspectiva, ir conhecendo como é construído o processo ensino/aprendizagem desses indivíduos que apresentam essa deficiência.

A pesquisa está voltada para a utilização de recursos pedagógicos como auxílio no ensino/aprendizagem de alunos com baixa visão em uma escola municipal de Parintins. Observamos como é importante à utilização dos recursos pedagógicos para trabalhar o processo ensino/aprendizagem dos alunos com baixa visão. A partir disso, despertou o interesse de Investigar a utilização dos recursos pedagógicos no processo de ensino/aprendizagem de dois alunos com baixa visão. Averiguar quais recursos pedagógicos são utilizados pelo professor para trabalhar com alunos de baixa visão. Investigar se os professores tem alguma formação para trabalhar com alunos de baixa visão. Analisar as dificuldades e os desafios enfrentados pelos professores para ensinar alunos com baixa visão.

Para crianças com baixa visão, a aquisição de informações sobre o mundo pode ser desafiadora, particularmente nas áreas de desenvolvimento de conceitos, aquisição de linguagem e movimento. Crianças com baixa visão podem precisar aprender a usar meios alternativos e estratégias para leitura, escrita, interatividade

socialmente e realizar várias tarefas diárias. A baixa visão descreve um grau de perda de visão que afeta a vida cotidiana.

Alunos com baixa visão provavelmente precisarão de suporte para processar informações visuais, acessar tecnologia, habilidades sociais e da vida diária. As implicações da baixa visão no desenvolvimento do indivíduo podem ser resolvidas com auxílios de recursos pedagógicos, para isso o professor precisará dar essa atenção educativa diferenciada para esses alunos.

Todos os educadores devem saber que cada criança é única e diferente. Elas têm diferentes habilidades, aprendem de maneiras diferentes e em ritmos diferentes, incluindo a isso, sua forma de aprendizado e ambiente amigável que favoreçam essa aprendizagem. É importante lembrar que o potencial escolar de uma criança não pode ser desenvolvido separadamente de suas atividades sociais, emocionais e físicas, pois são aspectos independentes do desenvolvimento de uma criança.

A utilização de estratégias é muito importante para trabalhar com alunos de baixa visão ou qualquer outra deficiência e essencial para desenvolver o potencial pleno desses alunos, como a utilização de recursos pedagógicos para trabalhar a visão através de textos ampliados, assim possibilitando que o aluno consiga aprender.

CAPÍTULO I REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Contexto Histórico da Educação Especial

Desde os primórdios, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, eram vistas como seres inferiores, enviados por espíritos malignos sofrendo todo o tipo de punição e discriminação, para entendermos o desenvolvimento da Educação Especial nesse contexto, apresentamos aqui a trajetória dessa modalidade educativa, desde seu começo até os dias atuais.

As escolas que trabalham com a educação especial na atualidade tiveram grande dificuldade para se estruturarem e atenderem pessoas que possuíam algum tipo de deficiência até o advento da inclusão, que por força da instituição de legislações básicas, possibilitaram a luta pelos direitos das pessoas com deficiência, para terem direito de serem matriculadas nas escolas regulares.

Porém a educação especial durante algum tempo foi vista somente como uma forma de assistência, não como educação voltada para atender dos alunos que possuíam algum tipo de necessidades educacionais especiais. Isso nos leva a refletir sobre uma problemática pertinente, que é a falta de atenção à educação especial no nosso país.

Na antiguidade as crianças que nasciam ou apresentavam algum tipo de deficiência eram consideradas inválidas, porque fugiam do padrão das crianças que eram consideradas normais, ou seja, aquelas que não possuíam qualquer tipo de deficiência eram então abandonadas impedidas de viverem no meio social. Como a época era marcada por grandes artistas, pintores e modelos de obras de artes, as pessoas com alguma deficiência não podiam fazer parte, pois o corpo tinha que ser perfeito e a sociedade os deixavam de lado por esse motivo.

Na idade média as crianças que nasciam com alguma deformação, ou eram dadas como seres enviados por Deus ou eram pecadores de nascença ou estavam possuídas pelo demônio. Segundo Mazzotta diz que:

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margens da condição humana. (2005, p.16).

Durante a idade média as pessoas com algum tipo de deficiência eram tratadas de formas desumanas, inválidas perante a sociedade, estavam confinadas de qualquer convívio social, as pessoas deficientes eram excluídas, ou seja, não recebiam qualquer tipo de tratamento que as pessoas ditas normais recebiam.

De acordo com Corrêa, nos apresenta um breve resumo de como essas pessoas eram tratadas nessa época.

A história da Educação Especial ou das pessoas com necessidades especiais, da Antiguidade até a Idade Média, mostra que o extermínio, a discriminação e o preconceito marcaram profundamente a vida dessas pessoas que, quando sobreviviam, não tinham alternativas senão a vida à margem da sociedade. Mesmo que isso acontecesse sob o véu do abrigo e da caridade, a exclusão era o caminho naturalmente praticado naquela época. (2010 p. 16)

Nesse período as pessoas com deficiência tinham uma vida muito sofrida, eram vista como incapazes, sofriam todo tipo de preconceito, a época da Idade Média foi umas das mais cruciais presenciadas por aquelas pessoas.

Foi só a partir do século XVI que as pessoas deficientes passaram a ser vista com outros olhares, a partir dessa mudança de pensamentos perceberem que era possível de educar os mesmo, antes pensavam que esses indivíduos eram impossível de educar. De acordo com Bueno (1993 p. 34), “a história da Educação Especial considera o século XVI como o período em que teve início a educação das pessoas com necessidades especiais”, podemos perceber que só foi partir desse período que as pessoas com deficiências antes vista como excluída, foram gradativamente ganhando seu espaço.

No século XVII as pessoas com deficiências ainda eram privadas de atendimento e cuidados médicos, pois acreditava-se que suas deficiências eram contagiosas por isso ficavam isoladas. Durante o século XVIII acreditava-se que as deficiências das pessoas estavam ligadas ao ocultismo e misticismo que eram além do natural do ser humano. Mazzotta (2001 p.16) afirma ainda que “As noções a respeito das deficiências eram ligadas ao misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado”. O autor considera então que desse modo tudo aquilo que era desconhecido perante a sociedade causava certo temor, pois a falta de conhecimento sobre as determinadas deficiências contribuía muito

para que estas pessoas fossem deixadas de lado. Após o século XVIII, daí que foram surgindo avanços que foram favorecendo as pessoas deficientes, através de homens e mulheres que tiveram algumas iniciativas de ajudar essas pessoas de sensibilizar a sociedade que todos eram cidadãos iguais a uma pessoa normal.

A Educação Especial no Brasil teve início no século XIX por iniciativa de alguns brasileiros que residiam em outros países. Com experiências norte americanas e européias, alguns se dedicaram a serviços que pudessem ajudar de alguma forma pessoas que possuíssem necessidades especiais. Durante o século XIX no Brasil foram surgindo alguns tipos de assistências, eram grupos que atendiam pessoas com deficiências como a cegueira e a surdez, mas somente no século XX que essas pessoas passaram a ter um atendimento educacional especializado. Portanto, Mantoan (1998, pg 32) divide a história da Educação Especial brasileira em três períodos. “Cada período é referenciado por ações concretizadas em cada época: 1854 a 1956- ações de iniciativa privada; 1957 a 1993- ações de âmbito nacional e 1993 até os dias de hoje-ações em favor da inclusão”.

Durante o ano de 1854, foi fundada por D. Pedro II o Imperial Instituto de Meninos Cegos, tinha como objetivo dedicar ao ensino de crianças cegas, onde atualmente é o Instituto Benjamin Constant, localizada no Rio de Janeiro, três anos depois foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que em seguida foi nomeado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi no ano 1926, a instituição é especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental.

No ano de 1957, James Gallagher juntamente com o MEC apresentou a primeira proposta de estruturação de educação especial brasileira, visando buscar parcerias com os governos, estaduais e federais. Em seguida o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que atualmente é a Secretaria de Educação Especial (SEESP) passou a assumir as propostas, que praticamente são as mesmas do seu antecessor. Lançado a proposta de atender a pessoas com deficiências especiais, vários personagens se identificaram com essa nova educação e ajudaram no marco histórico dessa modalidade de ensino. Correa assim descreve:

A educação especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se

tornar uma secretaria. Em cada mudança, há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais. (2004, p. 48)

A educação especial no Brasil passou por muitas mudanças, os órgãos responsáveis por essa modalidade de educação, com passar do tempo foram evoluindo, contribuindo assim para que se fosse construindo um modelo de sociedade mais inclusiva.

Como a Educação Especial ainda não fazia parte das políticas públicas do nosso país foi preciso um século aproximadamente, para que a Educação Especial pudesse entrar no sistema educacional, sendo constituída como “educação dos excepcionais” por volta dos anos 60. Em 1961 a educação teve um grande avanço, pois o atendimento educacional passa a ser fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de lei Nº 4.024/61, que afirma o direito à educação das pessoas deficientes dentro do sistema geral de ensino.

Em 1972 a educação especial passou a ser assumida pelo poder público, que criou várias campanhas em prol a pessoas com deficiências. Por muito tempo eles assumiram a tarefa de conduzir grupos ligados a movimentos que beneficiavam os deficientes e que inclusive até hoje tem um poder significativo quando se fala de educação especial. Durante o regime militar, quem liderava a instituições de ensino especializado, eram os generais e coronéis, alguns atualmente ainda se sobressaem como deputados, atuando sobre as decisões das políticas públicas do país.

No ano de 1990 foi instituído Declaração Mundial de Educação para Todos, foi uma Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos”, onde foi um encontro de todos os países para debater sobre os problemas da educação e nesse encontro surgiu à necessidade de elaborar uma política voltada para educação especial, reunidos em Jomtien, Tailândia, realizada entre dia 5 a 9 de março de 1990. Apresentando as influencias dos documentos internacionais da conferência para as políticas da educação, especialmente a educação inclusiva para que seja respaldada, como podemos perceber no At. 2:

1. Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem

hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia. 2. Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:

- Universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
- Concentrar a atenção na aprendizagem;
- Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
- Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
- Fortalecer alianças (UNESCO, 1998).

A educação especial com o passar dos anos teve muitas conquistas, podemos perceber isso em seu contexto histórico de lutas, essas conquistas influenciaram para formulação de políticas públicas da educação inclusiva. Também na mesma década que surgiu Declaração Mundial de Educação para Todos, surge a “Declaração de Salamanca” em 1994 na Espanha, que reafirma o compromisso da educação para todos, reconhecendo dessa forma a necessidade de urgência de providenciar a educação para as crianças, jovem e adulta com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

A Declaração de Salamanca veio para proporcionar a educação especial novas práticas. Como afirma Siqueira 2008.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias psicológicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades, é preciso, portanto, um conjunto de apoio de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (2008, p. 2)

Deste modo, a função da escola é criar formas de integrar os alunos com necessidades especiais no ensino regular, assim reconhecendo as necessidades de cada aluno.

Entendemos, portanto que as necessidades educacionais especiais dos alunos, se dão a partir do momento em que as condições individuais deste aluno se

vê frente às condições que uma determinada instituição oferece. Segundo a declaração da BRASIL:

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades, criança de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de todos os grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. Todas essas condições levaram uma série de desafios para os sistemas escolares (1994 p.17-18).

Deste modo, a escola ou qualquer outro ambiente ligado à educação devem apresentar contextos sociais inclusivos, beneficiando a todos com as mesmas possibilidades, para que tenham o melhor acesso à educação, respeitando a construção da identidade por meio das relações sociais.

1.2 Educação Especial Numa Perspectiva Inclusiva

A educação especial no Brasil é definida segundo o art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDBEN) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” É uma modalidade de educação que percorre toda a educação básica e também a educação superior, uma modalidade transversal por percorrer todos os níveis de ensino, a educação especial atende principalmente as crianças com deficiência física, mental, sensorial as deficiências de maneira geral.

A educação especial é conhecida como a educação da transformação, pois foram através de muitas lutas que asseguram seus direitos. A Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 em seu artigo 27º dispõe:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais,

intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

O empenho da sociedade é fundamental para que essas crianças sejam beneficiadas, para fazer com que a lei seja cumprida, podemos ver que a inclusão está sendo trabalhada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no art. 59 propõe que, os sistemas de ensino assegurem aos alunos com deficiência:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 - V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- (2018 pag. 40)

A atual LDB aborda aspectos importantíssimos para o bom desempenho do aluno com necessidades educacionais especiais, preconiza ainda cursos de capacitação ou especialização na área, para o professor que for trabalhar com essa modalidade de ensino.

A Constituição Federal (1988) enfatiza medidas educacionais em favor das pessoas com deficiência, pois as mesmas são amparadas por lei. No artigo 5º diz a respeito da igualdade:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção, de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a prioridade”. (BRASIL, 1988, p.2)

No entanto, a educação inclusiva só ganhou destaque em 2007 quando a Constituição Federal impôs ao Estado que oferecesse ensino de qualidade para todos. Em seu artigo 58º impõe que: “o direito a educação seja de todos os cidadãos, igualdade, condições de acesso, permanência na escola, e o dever do Estado em garantir o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino”.

As escolas consideradas modificadas são as que possuem ou adotam medidas de acessibilidade para alunos com deficiências e investem na formação de professores para trabalhar com a educação especial. Porém, no século passado, as únicas instituições que recebiam pessoas com alguma deficiência eram os asilos, na época considerados espaços para deficientes.

De acordo com a Política Nacional do Ministério da Educação e a Secretária de Educação Especial (SEESP), sobre a Educação Especial atualmente, Andrade ressalta:

É uma modalidade do sistema educacional que abrange os vários níveis da Educação Básica (infantil, fundamental e médio) e o da Educação Superior, que utilizando metodologias especiais alternativas de atendimentos diferenciados, recursos humanos especializados e recursos materiais específicos, favorece o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, sejam essas necessidades temporárias ou permanentes. (2007, p.30).

De acordo com a citação a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis de ensino, a escola tem que se adequar da educação infantil até o ensino médio a escola tem que está preparada para receber esses alunos, sejam eles de qualquer nível, através dessa modalidade os educadores que trabalham com alunos com necessidades educacionais, tem que utilizar métodos diferenciados, como os recursos pedagógicos adaptados para favorecer o processo de aprendizagem dos alunos.

O número de criança e adolescentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especiais vem crescendo no Brasil. De acordo com senso escolar O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O número de matrículas de alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação básica

cresceu substancialmente nos últimos anos, e, além disso, o percentual de alunos dessa faixa incluídos em classes comuns passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Considerando essa mesma faixa etária, o percentual de alunos que estão em classes comuns e que tem acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) também subiu, passando de 35,2% em 2013 para 40,1% 2017, atualmente na rede de ensino encontra-se 827.243 alunos matriculados com algum tipo de deficiência. No Amazonas a um total de 3.890 estudantes com múltiplas deficiências está matriculado nas escolas da rede pública estadual de ensino neste ano de 2018. Os alunos estão matriculados tanto em escolas de atendimento específico quanto em unidades de ensino de educação inclusiva na capital e no interior do Estado. Os dados foram levantados pela Gerência de Atendimento Educacional Específico da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC).

Hoje existem lei e diretrizes que garantem o acompanhamento complementar do aluno com deficiência em escolas comuns, mas infelizmente a escola da maneira que está organizada não dá apoio para esse aluno, infelizmente hoje os professores não têm especializações, não estão capacitados para dar suporte para esse aluno, são poucos professores que estão especializados para acompanha-los. Os conteúdos curriculares e as formas de avaliação não contribuem para educação inclusiva, muitas vezes os alunos com qualquer tipo de deficiência tem uma maneira diferente de aprender. Diante disso que a LDB, implantou uma modalidade de educação escolar voltada para que as pessoas com deficiências possam ter uma formação vista ao exercício da cidadania.

1.3 Deficiência Visual: Concepções e Características

Aos profissionais que trabalham com pessoas deficientes visuais, faz-se necessário que os mesmos conheçam as concepções e características da deficiência visual, para melhor atender a criança, buscando sempre inovações para que essas pessoas tenham um melhor atendimento, garantindo uma aprendizagem de qualidade, para que as crianças possam alcançar seus objetivos desejados.

Para compreendermos o modo como às pessoas com deficiências visuais imaginam o mundo, primeiramente faz-se necessário compreendermos o conceito de deficiência. Segundo Art. 3º 2018, considera-se:

É toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado norma para o ser humano. Deficiência permanente é aquela que ocorreu ou estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere apesar de novos tratamentos; Incapacidade é uma redução efetiva e acentuada da capacidade de interação social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios e recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações essenciais ao bem estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade ser exercida. (BRASIL, 2018)

Com relação à deficiência visual, a citação acima se refere que qualquer pessoa deficiente tendo o devido acompanhamento proverá de um ensino/aprendizagem mais enriquecedor. Nossa visão nos possibilita enxergar e acompanhar as coisas sem sair do lugar, ela é responsável por dar sentido as percepções, como as cores, as imagens, as formas e tamanhos de objetos a nossa volta, de modo geral a visão é a ligação de todos os outros sentidos que nos permite a interação.

A pessoa cega apresenta em sua acuidade visual, um campo de visão menor que 0,1 com a utilização de correção do campo visual como, por exemplo, de 20 graus; a visão reduzida possui uma acuidade visual entre 20 ou 50 graus; podendo ter a visão corrigida por óculos convencionais ou até mesmo por tratamento cirúrgico.

A deficiência visual pode ser classificada em dois grupos, pessoas com baixa visão ou visão subnormal e pessoas cegas. As causas mais frequentes de cegueira ou baixa visão são; Retinopatia da prematuridade (causada pela imaturidade da retina, em decorrência de parto prematuro ou de excesso de oxigênio na incubadora), catarata congênita (em consequência de rubéola ou de outras infecções na gestação), glaucoma congênito (que pode ser hereditário ou causado por infecções) e degenerações retinianas e alterações visuais corticais, ou ainda como doenças como diabetes, deslocação de retina e traumatismo oculares. Tanto a baixa visão quanto a cegueira podem vir a aparecer em qualquer pessoa, alguns casos de bebês já nascem sem a visão e outras pessoas podem ser tornar deficientes visuais em qualquer momento da vida.

A deficiência visual intervém nas capacidades e habilidades, não interferindo só na vida, mas também no seu meio social. Portanto, com tratamentos, atendimento

educacional especializado, profissionais qualificados, programas e serviços de assistências, as pessoas deficientes visuais poderão ter uma vida produtiva e plena, assim conquistando sua própria independência.

1.4 Baixa Visão: Uma Barreira a Ser Transposta

A baixa visão é uma deficiência que consiste na alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como a diminuição da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes. Para discutirmos sobre baixa visão, além dos referenciais que abordam a temática recorreremos também, aos postulados legais, e aos autores que apresentam suas contribuições sobre o tema, assim, de acordo com o que está estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), no que se refere às pessoas que possuem esta deficiência, baixa visão é:

A alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados. (2010, p.16)

A respeito da citação podemos perceber que a baixa visão ocasiona dificuldades no processo ensino/aprendizagem do aluno, causando problemas na sua aprendizagem. Quanto mais cedo for diagnosticado melhor será o tratamento e aproveitamento visual do aluno, assim a criança terá um desenvolvimento maior. A pessoa com baixa visão tem uma limitação, não enxerga da mesma maneira que uma pessoa com visão normal, pois, a deficiência muitas vezes ocorre devido a perda da visão central, perda da visão periférica ou perda difusa do campo visual, seguindo ainda os preceitos dos documentos legais do MEC, sobre baixa visão, entendemos que:

A baixa visão é a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo

visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados. (Brasil 2006, p.16)

A respeito do exposto acima, a baixa visão influencia muito no processo de ensino/aprendizagem dessas pessoas, as dificuldades que ela ocasiona no sentimento de medo que eles têm de perder o resto da visão, provocado pela deficiência, gera conflitos emocionais que podem ocasionar frustrações, desânimos e inseguranças, mas essas pessoas com baixa visão tem a capacidade de aprender, pois o aspecto cognitivo é normal, onde essa função é essencial para seu processo ensino/aprendizagem.

Segundo Sá 2008 diz que:

O trabalho com alunos de baixa visão baseia-se no princípio de estimular a utilização plena do potencial de visão dos sentidos remanescentes, bem como na superação de dificuldades e conflitos emocionais. (2008, pg. 49)

De acordo com a citação, os alunos de baixa visão precisam ser incentivados, para que essa criança desenvolva o potencial dos sentidos, já que esse indivíduo tem um órgão dos sentidos prejudicados, para que o mesmo possa ter a superação das suas dificuldades do dia-a-dia, pois essas pessoas tendo a orientação devida seu potencial de aprender será diferenciado, utilizando o tato, matérias adaptados, assim tendo um aproveitamento maior do seu resíduo visual, podendo levar ao seu sucesso escolar, pois a função cognitiva proporciona para o deficiente visual designar alternativas que promova sua interação, através dos recursos pedagógicos, que pode contribuir de maneira significativa para sua vida escolar o mesmo para sua vida pessoal e ajudar na sua interação com meio social.

A criança cega ou baixa visão tem a mesma capacidade para aprender que as pessoas normais, porém com delimitações como a visão, tudo isso é possível através do processamento de informações como a linguagem, aprendizado, memorização, pensamentos etc. De acordo com González:

A capacidade de processamento da informação não diminui nem com a cegueira nem total nem parcial, mas o que dificulta a cognição são as limitações pela falta de exploração direta e os problemas da mobilidade, mesmo que algumas possam ser substituídas por outros canais de informação. (2007, pg. 104)

Portanto, as crianças com baixa visão apresentam capacidades para aprender como as crianças videntes, por isso é fundamental que o professor utilize métodos para incentivar esses alunos. Sendo assim as pessoas com baixa visão apresentam resíduos visuais e por isso não devem ser tratadas como cegas, pelo contrário deve-se aproveitar esse potencial visual nas atividades educacionais, vida diária e no trabalho.

A criança com baixa visão tem que ser incentivada para desenvolver suas habilidades. Segundo Silva 2014 “as crianças apresentam o mesmo padrão de desenvolvimento, embora o ritmo possa ser mais lento para as que não enxergam”. Tendo esse incentivo o aluno pode alcançar qualquer objetivo, ou seja, pode aprender igual às outras crianças. Para trabalhar com esses alunos o professor tem que usar estratégias que possam aproveitar ao máximo aprendizagem dessas crianças.

A baixa visão muitas das vezes passa despercebida pelos professores, pela família, ou até mesmo pela criança muitas vezes só é percebida, quando é cobrado um maior desempenho visual do aluno.

Domingues em seus estudos detalha as implicações da baixa visão a partir dos sinais relacionados abaixo:

Olhos vermelhos; lacrimejamento durante ou após esforço ocular; piscar continuamente; visão dupla e embaçada; movimentar constantemente os olhos (nistagmo); Dificuldades para enxergar a lousa; aproximar de mais os olhos para ver figuras ou objetos e para ler ou escrever textos; Sensibilidade à luz; dores de cabeça; tonturas, náuseas; Aproximar-se muito para assistir televisão; tropeçar ou esbarrar em pessoas ou objetos; ter cautela excessiva ao andar; esquivar-se de brincadeiras ou de jogos ao ar livre; dispersar a atenção. (2010, p. 09)

Estes são uns dos muitos sinais que o aluno na sala de aula ou em casa pode apresentar. Neste contexto é importante conhecer o sujeito, pois são essas implicações que causam o maior problema na aprendizagem dessas pessoas, dessa

forma, se faz necessário a utilização de recursos pedagógicos adequados, que irão auxiliar e facilitar o desenvolvimento dos alunos que apresentam baixa visão.

1.5 Os Recursos Pedagógico para Alunos Com Baixa Visão

O âmbito escolar é um dos recintos interativo que alimenta diversas formas no processo educativo de qualquer indivíduo, sendo que o processo inclusivo deve se dispor de uma atenção a qual possa proporcionar oportunidades a práxis educacional do aluno. Diante disso e necessário ter conhecimento de cada particularidade do aluno e explorar ao máximo seus desempenhos.

Como bem afirmar Ochaíta e Espinosa (2004).

[...] desde seus primeiros dias, as crianças cegas ou deficientes visuais dispõem de sistemas alternativos para a visão suficientes para interagir com os adultos, desde que estes saibam interpretar as vias alternativas de que a criança dispõe para conhecê-los e comunicar-se com eles. (p. 163)

De acordo com o proposto pelos autores acima, os educadores devem entender os sinais emitidos pelas crianças e procurarem formas de ajustá-los através de socialização e afetividade impedindo que a autoestima e a falta de aceitação social não sejam dificuldades do seu processo de ensino aprendizagem.

Apresentar os recursos pedagógicos é fundamental para trabalhar o processo de ensino/aprendizagem do aluno com baixa visão, pois facilitará o seu processo de compreensão, com a finalidade de melhorar as atividades do seu cotidiano, assim proporcionando sua autonomia. Hoje em dia a muitos recursos pedagógicos para trabalhar o processo de aprendizagem do aluno com baixa visão, como os auxílios óticos e não óticos e também tem os eletrônicos, que auxiliam o aluno com deficiência ter um aprendizado mais significativo e menos cansativo. Segundo Ladeira E Queiroz é correto afirmar:

Estes sistemas de lentes são muito diversos e incluem desde simples lupas (de mão fixas ou móveis), lupas iluminadas, telescópios (monoculares e binoculares para melhorar a leitura e escrita), telescópios para a visão ao longe, (acoplados às armações ou não), prismas (para mover as imagens para uma parte diferente da retina) e lentes de contato. Com a evolução da ciência e da tecnologia, as

lentes de contato têm vindo a revelar-se muito úteis na ajuda que podem dar em situações de baixa visão nomeadamente nas situações de afacia (falta do cristalino no olho) em bebés e outros casos, revelando um papel muito importante na estimulação visual e num melhor aproveitamento do campo visual. (2002, p. 42)

Na afirmação dos autores fica evidente que esses recursos são de grande importância para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com baixa visão, ajudam nas tarefas rotineiras etc. Vale ressaltar que nem todas as escolas possuem esses recursos, isso ocasiona muitas vezes dificuldades na aprendizagem, desânimo no aluno tanto no meio escolar quanto no social. Domingues ressalta que:

Os auxílios ópticos são lentes ou recursos que possibilitam a ampliação de imagem e a visualização de objetos, favorecendo o uso da visão residual para longe e para perto. Exemplos de auxílios ópticos são lupas de mão e de apoio, óculos bifocais ou monoculares e telescópios, dentre outros, que não de vem ser confundidos com óculos comuns. A prescrição desses recursos é da competência do oftalmologista que define quais são os mais adequados à condição visual do aluno. (2010, p.11)

Os recursos pedagógicos proporcionam uma grande melhoria para a compreensão do aluno, de maneira mais eficaz, auxiliando assim no seu processo de ensino/aprendizagem de maneira significativa, possibilitando ao aluno deficiente visual, atividades idênticas as dos videntes, ajudando a construir sua autonomia e segurança, Segundo Reganhan (2006), "o professor deveria estimular o aluno a desenvolver ao máximo suas potencialidades; para tanto, precisaria selecionar recursos que teriam como meta o aprendizado e que determinariam o desempenho e eficiência do aluno". O professor é o principal intermediador para a ajuda desse aluno, na construção do seu conhecimento, dessa forma Libâneo (1998, p.29) afirma que "o professor media a relação com o aluno, que ensinar não é só passar conhecimentos, mas ajudar e interagir com o mesmo". Nesse sentido o professor é o principal ator na construção de conhecimentos.

Cerqueira e Ferreira (2004, p.43) dizem que "os problemas mais básicos do aluno com deficiência visual é ter contato com ambiente em que os rodeia", nessa perspectiva tem recursos que ajudam no desenvolvimento pleno do aluno, como através de socializações, conhecer o ambiente onde está estudando, inserir essa criança com os colegas. Nesse contexto, os autores afirmam que a forma como a

criança interage está ligada totalmente com a noção que ela tem do mundo, assim como a criança vidente precisa aprender, o aluno com baixa visão precisa ter a motivação para ter seu processo de ensino aproveitado da mesma maneira que as crianças com visão normal têm. Essa motivação pode vir através de materiais adaptados possibilitando seu desenvolvimento de aprendizagem. Existem muitas possibilidades do educador utilizar materiais pedagógicos para trabalhar com alunos de baixa visão.

Cerqueira e Ferreira 2000. Compete ao educador providenciar e fazer seleção de recursos:

Fartos: para atender a vários alunos simultaneamente; Variados: para despertar sempre o interesse da criança, possibilitando diversidade de experiências; Significativos: para atender aspectos da percepção tátil (significativo para o tato) e ou da percepção visual, no caso de alunos de visão subnormal (p. 2, grifo do autor).

Conforme a citação acima, os professores têm que selecionar quais os recursos pedagógicos é necessário para trabalhar com os alunos, isso de acordo com a necessidade educacional de cada criança, assim promovendo ensino/aprendizagem de seus alunos.

Os professores podem utilizar recursos adaptadas para promover a aprendizagem dos alunos baixa visão como; Colocando o aluno em posição ideal na sala de aula para que ele consiga enxergar o que está escrito no quadro. A utilização de lápis 5B e 6B, muitos alunos só conseguem enxergar através de contornos escuros e grossos. Imprimir textos em tamanho ampliado e em cores contrastantes de acordo com as necessidades educacionais do aluno, os textos tem que está em letra de forma, letra cursiva não tem que ser usado, pois eles têm dificuldades para enxergar.



Figura 1: Tiposcópio é confeccionado em papel cartão preto, com linhas vazadas. Em uma das figuras, é mostrado um exemplo de utilização do tiposcópio em um texto, evidenciando o contrataste. Portal Mec

Fonte: eiderbajavision.com

1.6 A Sala De Recursos Como Instrumento de Auxílio na Aprendizagem dos Alunos Deficientes Visuais

A sala de recursos é um ambiente diferenciado, aonde o professor tem que proporcionar para o aluno um aprendizado diferenciado, através de materiais e jogos adaptados como descrição de fonte sonora, texturas, tamanhos entre outros materiais. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é realizado na Sala de Recursos, onde nesse local é feito o atendimento de crianças com diferentes necessidades educacionais especiais e um ambiente que contribui no processo de ensino/aprendizagem dos alunos, o professor tem que ministra suas aulas atreves do lúdico.

Como bem afirmar os autores Favero, Pantoja, Mantoan:

O atendimento Educacional Especializado funciona nos moldes similares a outros cursos que complementam os conhecimentos adquiridos nos níveis de ensino básico e superior, como é o caso dos cursos de língua, artes, informática e outros. Portanto esse atendimento não substitui a escola comum para pessoas em idade de acesso obrigatório ao Ensino Fundamental (dos 7 aos 14 anos) e será preferencialmente oferecido nas escolas comuns de ensino regular. Diferente de outros cursos livres, o Atendimento Educacional Especializado é tão importante que é garantido na Constituição Federal. (2007, P.27)

De acordo com o proposto pelos autores, o Atendimento Educacional Especializado não pode substituir a escola, a sala de recursos é para as crianças que necessitam de apoio além daquele que é dado na sala de aula pela professora regente, quando uma criança tem dificuldade à sala de recursos complementaria o trabalho da sala de aula, o profissional para atuar na sala tem que ser especializado em atendimento educacional especializado (AEE), os alunos precisam desse espaço para ter um esse atendimento educacional especializado, assim favorecendo em sua aprendizagem.

De acordo com Alves (2006, p. 14):

A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diferentes equipamentos e materiais, pode atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade, déficit de atenção ou outras necessidades educacionais especiais. Para atender alunos cegos, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para atender alunos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais bilíngües. Portanto, essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional.

De acordo com o proposto pelo autor acima, a sala de recursos é um espaço que proporcione ao aluno deficiente uma aprendizagem diferenciada através de jogos, materiais pedagógicos, promovendo para essas crianças uma maneira de aprender mais divertida e prazerosa, assim proporcionando uma aprendizagem mais significativa. Os professores para atuarem nessa sala, devem ter uma especialização, são profissionais preparados para atuar com alunos deficientes. Assim as funções destinadas tanto aos professores de sala de aula quanto aos especializados em atender alunos com baixa visão deve ser sempre elaborada por ambos. Como bem afirma Nassif (2007).

| Funções do professor da sala regular | Funções do professor especializado |
|---|--|
| Elaborar um plano de ensino que contemple as diferenças de seu grupo. | Participar do planejamento geral do processo ensino e aprendizagem. |
| Preparar a classe para receber alunos com necessidades educacionais e respeitá-los como pessoas que têm suas limitações, mas também seus pontos fortes. | Assessorar/orientar os professores da classe regular. |
| Incentivar os alunos a ajudar mutuamente de acordo com as necessidades de cada um, para a obtenção do conhecimento. | Introduzir os recursos materiais e as técnicas pedagógicas específicas ao aluno e ao professor. |
| Adaptar o ambiente físico da classe. | Adaptar os materiais pedagógicos |
| Adaptar sua prática de educador de classe regular com recursos usados na Educação Especial. | Buscar uma relação articulada entre a direção da escola, coordenação, professores e demais funcionários. |
| | Atender o aluno dentro do princípio da individualização sem perder de vista o grupo e o trabalho coletivo. |

Fonte: adaptado de Nassif (2007).

Considerando as afirmações do quadro acima, os professores tem que trabalhar em união, ou seja, os dois juntos, tendo essa união o aluno terá uma aprendizagem mais favorecida, sempre parece situações em sala de aula que o aluno sentira dificuldades em entender um determinado assunto, então são nessas horas que o professor da sala de recursos pode elaborar um material adaptado para esse aluno entender aquele determinado assunto, através dessa junção o aluno terá uma aprendizagem mais positiva. Porém a casos que professor não colaborar com o professor especializado essas características ainda tem que ser levadas em considerações para que essas crianças na abordagem educacional sejam contempladas, muitos são os casos que os alunos com baixa visão ou qualquer deficiência não estão tendo o devido acompanhamento em sua vida escolar.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de Pesquisa

Todo o trabalho de pesquisa utiliza métodos que guiam os passos por onde o pesquisador deve caminhar para chegar ao ponto de sua investigação. De acordo com Fachin:

O método é um instrumento do conhecimento que proporciona aos pesquisadores, em qualquer área de sua formação, orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipótese, coordenar investigações, realizar experiências interpretar os resultados (2006, p. 29)

Desta maneira o método é fundamental para orientar o investigador em sua pesquisa, pois os métodos são de fundamental importância para construção de todo e qualquer trabalho de natureza científica incluindo trabalhos acadêmicos como o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) como é o caso deste estudo.

A fundamentação desta pesquisa é de natureza qualitativa, que conforme o que nos diz Lima (2004, p.38) a pesquisa qualitativa: “tem a finalidade de explicar a realidade, como agir e identificar os problemas sobre ela, aperfeiçoando essa realidade através de soluções”. Por esse motivo, utiliza-se o viés qualitativo para analisar a utilização dos recursos pedagógicos com alunos de baixa visão, que ajudarão no processo de ensino aprendizagem dos mesmos.

Como fundamento teórico metodológico, esta pesquisa utiliza o método dialético para enfatizar que:

Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se em uma concepção de homem e de conhecimento. Entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim, entende que o conhecimento não é “transferido” ou “depositado” pelo outro (conforme a concepção tradicional), nem é “inventado” pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. (VASCONCELLOS, 1991, p. 2)

Deste modo, entende-se que a Dialética se importa com a construção do conhecimento, as relações entre os sujeitos, segundo Marconi e Lakatos 2010 “tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente”. A partir disso, pretende-se compreender como devem ser utilizados os recursos pedagógicos para alunos com baixa visão.

Utiliza-se ainda o estudo bibliográfico que Segundo Lakatos 2003 “a pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada público, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, monografias etc”. Para validar esta pesquisa utilizamos vários autores que colaboraram para o embasamento teórico deste trabalho que são eles Lima 2004; Lakatos 2003; Fachin 2006; Alves 2006 entre outros autores.

Para coletas de dados em campo foi utilizado também o método de observação, na qual o pesquisador irá observar quais os recursos pedagógicos estão sendo utilizados para trabalhar com alunos de baixa visão.

De acordo com Fachin diz que o método de observação:

A observação deve ser sempre uma atividade capaz de conduzir a um aprendizado ativo com uma postura dirigida para um determinado fato. Os elementos que circundam um fato observado são numerosos, portanto, o estudioso se vê rodeado de uma grande variedade de estímulos e percepções, muitas das vezes tentadores e sem sentido; para as anotações, ele precisa saber quais são significativos para seu estudo. (2006, p.38)

A observação é um dos métodos mais importantes para a construção desse trabalho, pois sempre deve ter em mente o que se quer observar, foi através da observação que se teve primeiro contato com a pesquisa, como por exemplo, a execução dos materiais adaptados para os alunos.

Utiliza-se também a entrevista semiestruturada que segundo Silva e Tunes (1999, p.251) “utiliza-se geralmente de um roteiro que delinea a entrevista”. Nesse contexto a coleta de dados compõe a utilização das entrevistas semiestruturadas, com gravação das vozes dos participantes.

2.2 Contexto da Pesquisa

O presente trabalho foi realizado em uma escola Municipal na cidade de Parintins Amazonas, que atende alunos do ensino fundamental das séries iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola em questão fica localizada na parte periférica da cidade, sua estrutura é bem ampla, tendo 15 salas de aula, das quais somente 13 são utilizadas, 79 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE) uma professora que fica atendendo os alunos, quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, pátio coberto. A escola conta com um alunado de 937 alunos dividido em 32 turmas, nos turnos matutino, vespertino e noturno. O turno noturno atende alunos na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) coordenação pedagógica. Além do Projeto Macro “Diga sim a vida e não as drogas” a escola desenvolve outros miniprojetos objetivando a melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem preparando-os para atuarem ativamente em uma sociedade mais democrática. A escola atende variados alunos tanto na escola quanto de outras escolas também.

2.3 Participantes da Pesquisa

Para colaboração dessa pesquisa, participaram 02 professoras da sala regular, 01 professora da sala de recursos, 01 monitora da sala de aula que atua como acompanhante do aluno com baixa visão, 01 mãe de aluno, 02 alunos com baixa visão. Nesta pesquisa os alunos foram identificados como A1 e A2, onde também os professores foram identificados como professor P1 e P2, e a professora da sala de recursos como PSR, às professoras pediram para ter nomes fictícios.

CAPÍTULO III ANÁLISE DE DADOS

3.1 Caracterizações do Perfil dos Participantes e Suas Formações

Neste capítulo apresentaremos os resultados obtidos através das observações realizadas durante as idas a campo e das entrevistas feitas com os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Iniciaremos com as três professoras entrevistadas. Como podemos observar no (Quadro 01).

| Professores | Sexo | Formação (Licenciatura) | | Tempo de Magistério (Anos) |
|---------------------|------|-------------------------|-------------------------|----------------------------|
| | | Licenciatura em | Pós-graduação | |
| P1 | Fem. | Pedagogia | Sim, Psicopedagogia | 10 |
| P2 | Fem. | Pedagogia | Sim, Psicopedagogia | 6 |
| PSR | Fem. | Pedagogia | Sim, Educação Especial. | 5 |
| Monitor do aluno A1 | Fem | Pedagogia | Não possui | 1 |

Quadro 1: Caracterização do perfil das professoras.

Como podemos observar na descrição acima as professoras são licenciadas em Pedagogia e têm alguns anos de magistério, sendo a professora P1 com maior tempo de Magistério 10 anos, as professoras possuem graduação para atuarem na Educação Infantil e Ensino Fundamental, as três professoras são pós-graduadas, apenas a monitora do aluno A1 que possui 01 ano de magistério, recém-formada, porém só a professora PSR tem Pós-graduação em Educação especial.

Com relação os alunos que participaram da pesquisa podem observar no (Quadro 02) as caracterizações dos alunos.

| Identificação do Aluno | Aluno 1 | Aluna 2 |
|-------------------------------|---|---|
| Data de nascimento | 21.10.2006 | 15.03.2009 |
| Idade | 12 | 9 |
| Sexo | Masculino | Feminino |
| Tipo de deficiência | Diagnóstico do aluno: baixa visão sem laudo | Diagnóstico do aluno: baixa visão sem laudo |
| Serie | 6º ano | 3º ano |
| Dias de atendimento | Quarta e quinta-feira | Terça-feira |
| Professora do Ensino Regular | Professora P1 | Professora P2 |
| Professor (a) do AEE: | Professora PSR | Professora PSR |

Quadro 2: Caracterização do perfil dos alunos.

Como podemos observar no (quadro 02) os alunos são do sexo feminino e masculino, ambos estudam na mesma escola, mas em série diferentes o aluno A1 do 6º ano e aluna A2 no 3º ano, os dois alunos foram os sujeitos da pesquisa por apresentarem baixa visão, o aluno A1 e mais velho têm 12 anos, sente muitas dificuldades para aprender, tem problemas na sua dicção, conversa com muita dificuldade.

Sobre a aluna A2 tem 09 anos de idade é uma criança que tem facilidade para assimilar os assuntos é diferente do aluno A1, apresenta menos dificuldades. Segundas informações fornecidas pela genitora da aluna e pela professora da SRM (sala de recursos multifuncional) aluna A2 tem baixa acuidade visual, que é a dificuldade de identificar a forma e o contorno dos objetos, isso ocorre quando o nível de visão mesmo tendo a melhor correção óptica é considerado inferior à visão normal.

O aluno A1 tem a baixa visão moderada, tendo a visão menos comprometida. Ambos os alunos no momento não estão com seus laudos médicos na escola, o aluno A1 foi transferido de escola, por esse fator a escola ainda não conseguiu seu laudo médico. A respeito do laudo médico da aluna A2, ainda está em fase de conclusão, a criança ainda participa das consulta com oftalmologista.

O laudo médico é um relatório mais detalhado do quadro clínico do paciente e sua evolução, é um direito de qualquer pessoa obter esse laudo médico, pode ter as seguintes finalidades; notificar sobre a evolução de um paciente que foi submetido a uma cirurgia ou que sofreu um acidente. Em geral, é entregue e lido aos familiares

mais próximos para colocá-los a par da situação de saúde do paciente e principalmente para solicitar algum atendimento especializado ou específico.

No entanto, mesmo sem o laudo médico observamos que os dois alunos frequentam a Sala de Recursos da própria escola, tendo o Atendimento Educacional Especializado, o aluno A1 frequenta 2 dias na semana quarta e quinta-feira no horário da tarde, seu atendimento ocorre duas vezes na semana por causa da sua dificuldade ser maior e necessitar de um acompanhamento mais assistido para melhorar seu desempenho escolar. A aluna A2 participa do atendimento 1 vez na semana às terças-feiras, ou seja, isso ocorre porque a professora PSR disse que ela tem menos dificuldades no aprendizado que o aluno A1.

O atendimento educacional especializado garante que essas crianças consigam acompanhar as atividades escolares de forma lúdica. Brasil ressalta:

De acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o atendimento educacional especializado em salas de recursos constitui serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso dos alunos com altas habilidades/superdotação, e complementa, no caso dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência. Esse serviço se realiza em espaço dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas mais próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (2010, p.08)

Entendemos assim que o aluno que necessita do AEE deverá ter duas matrículas uma na sala de ensino regular e outra na sala de recursos, em horários diferentes para ter uma aprendizagem mais atenciosa.

Durante a pesquisa tivemos a oportunidade de ter uma breve conversa com a mãe da aluna A2 onde a mesma aceitou ser entrevistada, foi muito receptiva, ajudando ainda mais para elaboração de subsídios para fundamentar esta pesquisa, como podemos observar no (Quadro 03).

| Nome | Sexo | Formação | Idade | Profissão |
|-----------------|------|-----------------------|---------|--------------|
| Mãe da aluna A2 | Fem. | Ensino Médio completo | 29 anos | Dona de Casa |

Quadro 3: Caracterização do perfil da mãe.

A mãe da aluna A2 é de origem humilde, para sustentar a casa e os filhos trabalha em casa de famílias, como bem afirma a mesma “sou humilde, trabalhadora sempre faço serviço em casas de família, daí que tiro meu sustento para minha família”. A mãe da aluna A2, em sua fala retrata seu contexto de vida humilde e o meio de sobrevivência na realidade da qual ela faz parte, a mesma tem 5 filhos, separada do seu marido, ele ajuda quando pode, ela passa o dia todo trabalhando, deixa a aluna A1 com seu irmão mais velho de 17 anos, quando ela descobriu que sua filha tinha baixa visão ficou em choque. Como afirma Mãe da aluna A2 2018:

Quando eu descobrir que minha filha tinha problema de visão fiquei em choque, pensei que minha filha fosse ficar cega, mas a minha irmã que mora em Manaus que tem um pouco mais de dinheiro levou a minha filha pra lá, por lá ela conseguiu um oftalmologista que diagnosticou que era baixa visão, ele disse com o acompanhamento certo minha filha pode ter uma vida normal.

A mãe da aluna A2 acompanha pouco a vida escolar de sua filha “eu trabalho o dia todo, às vezes eu saio 8 horas da noite, trabalho em duas casas de família, o pai dela é muito ausente, trabalha no interior, às vezes ele ajuda”. Quando a família acompanha a vida escolar de seus filhos, seu desempenho na escola será positivo, pois terá todo aquele amparo da família na vida escolar. A família ausente acarretará em um desenvolvimento pouco eficiente. Segundo Oliveira:

Quando a criança sente a ausência da família em sua vida escolar são inúmeras as consequências, por exemplo, o baixo rendimento, a dificuldade de aprendizagem, a falta de interesse com as atividades propostas, mudanças no comportamento se tornando, na maioria das vezes, agressivo ou apático. (2010, p. 17)

De acordo com a citação, a ausência da família traz muitas consequências na vida escolar de seus filhos, pois as crianças não vão alcançar a expectativa escolar, não vão conseguir aprender, o acompanhamento familiar essencial para que esses indivíduos possam sentir motivados para aprender, porém percebemos que no caso dessa família, a ausência é algo constante na vida dessa aluna, talvez seja essa dificuldade maior que a mesma encontra na realização das atividades.

Os pontos a seguir apresentarão de forma sistemática a formação das professoras para trabalhar com alunos de Baixa visão, conforme demonstrado no (Quadro 04).

| Você possui alguma formação em área de ensino especial para trabalhar com alunos de baixa visão? | |
|--|--|
| P1 | Não tenho uma formação, a especialização necessariamente, mas conheço um pouco, através de cursos que a SEMED disponibiliza as vezes sobre educação especial, agora, esse é o segundo ano que trabalho com aluno que tem alguma necessidade educacional, mas esse é o primeiro ano que trabalho com aluno de baixa visão mesmo, já tive experiência antes, tenho especialização em psicopedagogia. |
| P2 | Sim, tenho cursos feitos para trabalhar com a educação especial quando a SEMED proporciona essas formações, mas especialização na área ainda não tenho, vou ter um dia, pois tenho muita vontade de fazer |
| PSR | Sim, sou especializada em Educação especial e inclusiva. Especialização em AEE e sala de recursos multifuncionais e cursos disponibilizado pela SEMED, sempre procuro me atentar para as novidades, pois os cursos que a gente teve foram uma maneira de apresentar essas novidades, as crianças gostam de inovações, hoje elas preferem mais as tendências, as tecnologias. |
| Monitor do aluno A1 | Não possuo, mas durante minha formação acadêmica tive noções como trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, mas sempre pesquiso a respeito, sou monitora de um aluno com baixa visão sempre procuro adaptar os exercícios para ele. |

Quadro 4: Formação das professoras.

Diante das respostas dadas pelas professoras percebe-se que só a professora PSR tem a formação para trabalhar com os alunos de baixa visão como orienta a LDB no art. 59, no seu parágrafo III 2017 (pag. 40), “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Seguindo a análise sobre a fala da professora PSR quando cita “as crianças gostam de inovações, hoje elas preferem mais as tendências, as tecnologias”, percebemos seu interesse em trazer novidades para seus alunos, com fim de aperfeiçoar seus ensinamentos, tornando assim o processo ensino-aprendizagem de seus alunos mais dinâmico, mais eficaz, proporcionando assim uma aprendizagem mais prazerosa.

Como afirma Libâneo:

Os professores precisam dominar, com segurança, esses meios auxiliares de ensino, conhecendo e aprendendo a utilizá-los. O momento didático mais adequado de utilizá-los vai depender do trabalho docente prático, no qual se adquirirá o efeito traquejado na manipulação do material didático. (1994, p.173)

Os professores têm que estar preparados sim para trabalhar com os alunos de baixa visão, porém não só o professor mais a escola toda, tendo essa união o aluno e escola, a criança vai ganhar muito mais para o seu processo ensino-aprendizagem.

Durante as observações feitas na sala de recursos pedagógicos notamos que a PSR trabalha com que chamamos de “recursos inovadores”, o computador, o qual é utilizado como um Recurso Tecnológico, que através de CDs com jogos educativos a professora desenvolve as tarefas para serem trabalhadas as letras do alfabeto, os tipos de sons e a matemática. A utilização desse recurso ajuda no desenvolvimento educacional dos alunos com baixa visão. Como os autores Sá, Campos e Silva afirmam:

Os meios informáticos facilitam as atividades de educadores e educandos porque possibilitam a comunicação, a pesquisa e o acesso ao conhecimento. Existem programas leitores de tela com síntese de voz, concebidos para usuários cegos, que possibilitam a navegação na internet, o uso do correio eletrônico, o processamento de textos, de planilhas e uma infinidade de aplicativos operados por meio de comandos de teclado que dispensam o uso do mouse. (2007, p. 33)

Os recursos tecnológicos são muitos, importantes para proporcionar aos alunos uma aprendizagem mais prazerosa e divertida, isso faz com que a criança sinta-se mais a vontade para aprender.

Ainda a respeito do quadro (04), as professoras P1 e P2 não possuem Especialização em Educação Especial. A monitora do aluno A1 também não possui formação para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, ela tem apenas noções de como trabalhar com eles, pois segundo ela, sua formação acadêmica foi muito limitada e não pôde se especializar nessa área. O que observamos diante disso é que a falta de formação pode sim dificultar o processo ensino/aprendizagem desses alunos, pois quando não há o preparo adequado esse trabalho torna-se colaborativo, porém não é suficiente para que o professor se sinta

preparado para atender alunos com determinadas necessidades educacionais especiais. Segundo Peterson diz que:

[...] o professor necessita de suportes indispensáveis para inclusão, “além do mais, ambos professores da educação geral e especial precisam adquirir conhecimento sobre pesquisa e práticas eficazes necessárias para ensinar todos alunos com deficiência. (2006, p.7)

Os professores e monitores da educação especial deveriam ter uma disciplina durante sua formação inicial voltada para o que diz respeito a essa educação, isso certamente iria contribuir na melhoria do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e a flexibilizar as atividades com recursos pedagógicos. Porém ainda que existisse essa disciplina não seria uma tarefa simples, pois nos cursos de formação docente as questões relativas à educação especial não daria conta da complexidade deste assunto. Portanto, salientamos que são consideradas apenas informação e não uma formação adequada.

3.2 Quais as Dificuldades e Desafios Enfrentados Pelas Professoras Para Ensinar Alunos Com Baixa Visão

Trabalhar com alunos de Baixa Visão não é uma tarefa fácil, parte do princípio de estimular a visão do aluno através de recursos que possam auxiliar no seu processo ensino/aprendizagem. Esses alunos precisam de motivação para ter um empenho nas atividades rotineiras da escola, porém muitos professores que atuam com essas crianças enfrentam certos desafios para trabalhar com os mesmo, muitas vezes por desconhecerem a origem da deficiência e as práticas metodológicas mais adequadas para utilizar com esses alunos, e acabam por não conseguir desenvolver efetivamente a potencialidade que o aluno com baixa visão venha adquirir no processo ensino/aprendizagem.

Durante a coleta de dados em campo para construção desta pesquisa e na tentativa de conhecer um pouco sobre as dificuldades e desafios enfrentadas pelas professoras para ensinar alunos com baixa visão, foi feito às mesmas o seguinte questionamento, conforme exposto no (Quadro 05).

| Quais as dificuldades e desafios enfrentados para ensinar alunos com baixa visão? | |
|---|---|
| P1 | As dificuldades sempre tem né, como a sala lotada com 30 alunos, fica difícil dar atenção só para um aluno, mas fazemos o possível para garantir uma aprendizagem melhor para ele, ainda bem que ele tem uma acompanhante (monitora), assim conseguimos garantir que o aluno acompanhe as atividades em sala de aula. |
| P2 | Os desafios são as faltas de cursos que não tem para essa área, a SEMED de vez enquanto oferece uns cursos, durante minha formação acadêmica foi poucas vezes que eu vi cursos voltados para Educação Especial, quando tive minha primeira experiência com um aluno cego não sabia o que fazer, muitas dos desafios estão relacionado com a formação que o professor apresenta. |
| PSR | Os desafios enfrentados são a falta de apoio dos pais nas atividades escolares, falta de equipamentos eletrônicos novos para ajudar no processo de ensino aprendizagem dos alunos, internet e mais apoio dos professores da sala comum, mas adaptações das atividades. |

Quadro 5: As dificuldades e desafios enfrentados para ensinar alunos com baixa visão.

De acordo com as perguntas feitas no quadro 05, todas as professoras apresentaram dificuldades e desafios para trabalhar com alunos de baixa visão. Como afirma a professora P1 à “lotação das salas de aula ainda é uma grande problemática”, assim dificultando na aprendizagem do aluno A1 com baixa visão.

A superlotação das salas de aulas dificulta no processo ensino/aprendizagem, pois a professora tem que lecionar para 35 alunos, não tem condições para trabalhar com o aluno baixa visão. Alguns questionamentos são observados em relação essa problemática, as condições que o professores de escolas públicas vivência umas das maneiras viáveis para a professora trabalhar sem sentir sobrecarregada era reduzir a turma, pra cada sala com uma criança com necessidades educacionais especiais deveria ter 22 alunos, desta maneira a educadora terá mais liberdade para trabalhar com aquele aluno especial.

A professora P2 diz que os desafios são as faltas de cursos que não tem para essa área, muitos professores passam por dificuldades para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, quando o aluno chega à sala de aula o educador não sabe o que fazer, como a professora P2 diz “tive minha primeira experiência com um aluno cego não sabia o que fazer”, dessa maneira podemos ver o quanto é importante a formação das professoras para trabalhar com alunos deficientes. Desse modo, o educador tem que procurar estratégias educativas através de formações para garantir aos seus alunos um ensino de qualidade. Conforme Pimenta diz:

A formação passa sempre pela mobilização de vários tipos de saberes: saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica. O que coloca os elementos para produzir a profissão docente, dotando-a de saberes específicos que não são únicos, no sentido de que não compõem um corpo acabado de conhecimentos, pois os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais, mas comportam situações problemáticas que requerem decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e de conflito de valores. Por isso, é importante produzir a escola como espaço de trabalho e formação, o que implica a gestão democrática e práticas curriculares participativas, propiciando à constituição de redes de formação contínua, cujo primeiro nível é a formação inicial. (1999, p.30).

De acordo com a citação da autora, a formação tem vários tipos de saberes, esses são os elementos essenciais para construir a profissão do professor. Deste modo, é importante que as professoras participem das formações, assim as mesmas estão se capacitando para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Um das dificuldades pertinentes que a PSR vivencia para trabalhar com alunos de baixa visão e a falta de equipamentos eletrônicos (auxílios eletrônicos) são equipamentos que auxiliam na aprendizagem dos alunos, como a lupa eletrônica, vídeo ampliador, equipamentos que facilitam a leitura por meio da ampliação dos textos, são equipamentos essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem. Observamos que a sala de recursos não possui nenhum tipo desses equipamentos, pois são difíceis de conseguir.

3.3 Como os Alunos de Baixa Visão (A1, A2) Se Sentem Com Relação às Atividades Propostas Pelas Professoras

É muito importante saber se os alunos estão entendendo o que o professor passa em sala de aula, saber sua compreensão de determinado assunto, quando um aluno que apresenta alguma necessidade educacional especial, o educador tem que saber utilizar maneiras de trabalhar a aprendizagem dessa criança.

Neste tópico apresentaremos como os alunos A1 e A2 se sentem em relação às aulas das professoras P1, P1 e PSR. Como podemos observar no quadro (06).

| | |
|--|--|
| Você gosta da aula da professora P1? | |
| Aluno A1 | Gosto pouco, meu olho tem problema, gosto da física, de bola. |
| Você gosta da aula da professora P2? | |
| Aluna A2 | Gosto sim, a professora e legal me ajuda bem. |
| Você gosta da aula da professora PSR? | |
| Aluno A1 | Sim, a professora me ajuda gosto daqui por causa dos brinquedos, gosto das histórias quando ela lê. |
| Aluna A2 | Gosto bastante, sempre acordo cedo no dia pra vim, a professora me ajudada bastante, aqui na sala tem muitas coisas legais, gosto do computador. |

Quadro 6: Entrevista com os alunos.

Verifica-se no quadro 06, que o aluno A1 sente dificuldades nas aulas da professora P1, por gostar pouco, sua visão ocasiona muita dificuldade para aprender. Durante as observações na sala da P1 percebemos que a professora muitas das vezes só passava atividades xerocopiadas para o A1, isso é um dos fatores para o aluno não gostar da aula. A P1 não procura utilizar outras maneiras para ensinar o aluno, Saviani (1999) “diz para a escola ter um bom funcionamento, é preciso que utilizem métodos de ensinios eficientes, pois são eles que vão incentivar os alunos aprender”, a professora poderia utilizar materiais como os textos ampliados ou jogos lúdicos.

A aluna A2 diz o oposto do Aluno A1, ela gosta das aulas da professora P2, pois a educadora sempre tenta ajudar nas atividades, quando a aluna a2 sente dificuldades nas atividades a professora sempre ajuda, deste modo favorecendo sua aprendizagem, nessa perspectiva Libâneo (1998, p.29) afirma que “o professor media a relação com o aluno, que ensinar não e só passar conhecimentos, mas ajudar e interagir com o mesmo”. Assim, essa relação do professor e aluno ajuda na construção da autonomia do aluno, favorecendo seu ensino/aprendizagem.

Durante as observações feitas na sala de recursos, a PSR utiliza os recursos pedagógicos, tais como brinquedos, jogos educativos e livros didáticos, os alunos gostam dos jogos educativos. A PSR procura chamar atenção dos alunos com os jogos lúdicos, desta maneira os alunos aprendem de forma prazerosa.

Os dois alunos tanto o aluno A1 e A2, disseram que gostam da aula da professora PSR, podemos observar na fala da aluna A2 (quadro 06), isso mostra a importância que a sala de recursos tem na vida desses alunos, a motivação que a aluna A2 tem ao acordar cedo para esta na sala de recursos, o trabalho de motivar

os alunos que PSR tem feito é fundamental para esses alunos se sentirem motivado para aprenderem mais e mais.

Segundo Sá diz que:

O trabalho com alunos de baixa visão baseia-se no princípio de estimular a utilização plena do potencial de visão dos sentidos remanescentes, bem como na superação de dificuldades e conflitos emocionais. (2008, pg. 49)

Conforme as citações do autor, os alunos de baixa visão precisam ser incentivados, para que desenvolvam o potencial de outras áreas sensoriais, já que esse indivíduo tem um dos órgãos dos sentidos prejudicados, a fim de que o mesmo possa ter a superação das suas dificuldades do dia-a-dia, pois essas pessoas tendo a orientação devida seu potencial de aprender será diferenciado, eles podem fazer uso do tato, de materiais adaptados, assim, tendo um aproveitamento maior do seu resíduo visual, podendo levar ao sucesso escolar.

3.4 Recursos Pedagógicos Utilizados Pela Professora PSR Para Trabalhar Com Alunos de Baixa Visão

Neste capítulo vamos apresentar os recursos pedagógicos utilizados pela professora PSR para trabalhar com alunos de baixa visão A1 e A2. A sala de Recursos da escola (Figura 01) é do tipo 1 composta por diversos materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa etc. materiais como afirma a professora PSR “ trabalho através de alfabeto e silabas moveis com letras ampliadas, livros escritos em braile, jogos e softwares educativos, bandinha musical, quadro branco, jogo dourado, cruzadinha adaptada”.



Figura 2: Sala de recursos da escola
Fonte: Silva 2018

A escola oferece o atendimento educacional especializado para os diversos tipos de deficiência como autismo, síndrome de down, baixa visão entre outras deficiências. São por esses motivos que a professora PSR faz adaptações de materiais, conforme a fala da professora PSR, “Preciso de vez enquanto confeccionar materiais para meus alunos, sempre procuro adaptar de acordo com a necessidade de cada um”, isso mostra o compromisso da professora com seus alunos.

O principal compromisso da professora com seus alunos conforme ela afirma PSR 2018 “meu compromisso é garantir que eles aprendam, trabalho conforme a capacidade de cada um”, desde modo e muito importante que os professores saibam a capacidade de seus alunos, assim trabalhando gradativamente com eles.

A professora PSR para trabalhar com o aluno A1 utiliza imagens ampliadas, segundo ela, “devido à visão dele ser moderada, trabalho com textos ampliados, ele gosta do ABC”. A professora utiliza o ABC (figura 02) por conter os alfabetos, além de ser um livro grande a PSR utiliza para o A1 reconhecer as letras.



Figura 4: ABC
Fonte: Silva 2018



Figura 3: Foliando o ABC
Fonte: Silva 2018

A professora PSR além de utilizar o ABC, a educadora utiliza softwares educativos, como diz:

As crianças gostam do computador, eu comprei uma coleção em CD que tem vários jogos educativos os alunos A1 e A2 gostam, quando eles terminam as atividades ficam no computador, utilizo isso como uma forma de incentivar eles a terminarem atividade. PSR 2018

De acordo com a professora os alunos gostam de jogos educativos (figura 05), as tecnologias ajudam muito no processo ensino/aprendizagem dos alunos. Segundo Gros:

Para serem utilizados com fins educativos os jogos precisam ter objetivos de aprendizagem bem definidos e ensinar conteúdo das disciplinas dos usuários, ou então, promover o desenvolvimento de estratégias ou habilidades importantes para ampliar a capacidade cognitiva e intelectual dos alunos. (2003, p.07)

De acordo com o autor, esses jogos educativos precisam ter o objetivo de ensinar os conteúdos que o aluno presencia em sala de aula, são recursos pedagógicos utilizados para fim educacional, a professora PSR utiliza isso para agregar mais conhecimentos aos seus alunos.

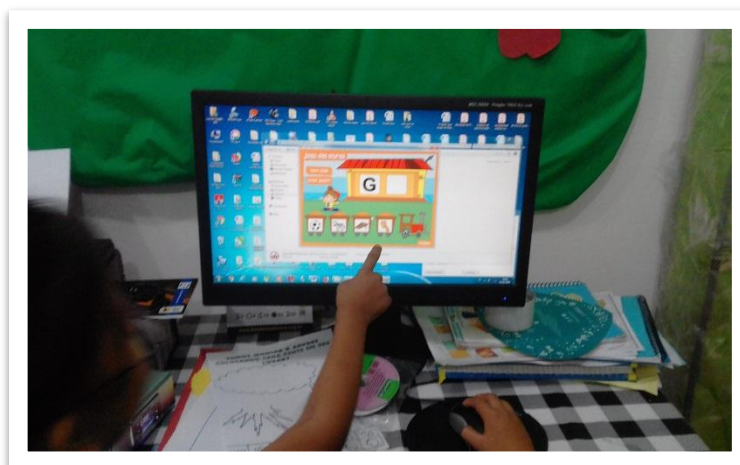


Figura 5: Jogos educativos

Fonte: Silva, 2018

Desse modo, a pesquisa com a educadora PSR mostrou resultados positivos, a influência que a Sala de Recursos causa no ensino/aprendizagem dos alunos A1 e A2 são visíveis em sala de aula, apesar das delimitações que suas visões causam os alunos sempre são motivos para supera suas dificuldades, assim enfrentar os desafios que a vida rotineira os apresenta.

A utilização dos recursos pedagógicos no processo ensino/aprendizagem de alunos com baixa visão permite que eles possam construir seus conhecimentos. Esses recursos ajudam a professora no auxílio da aprendizagem dos alunos de forma lúdica, atingindo as expectativas do desenvolvimento do mesmo, por proporciona possibilidades para que eles aprendam de maneira eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou encontrar respostas para as questões norteadoras dessa pesquisa, pelo respectivo tema a utilização de recursos pedagógicos como auxílio no ensino/aprendizagem de dois alunos com baixa visão.

Das observações feitas na escola para construção desta pesquisa, foram obtidas as respostas que compõem as questões norteadoras do trabalho.

Os fatores encontrados diante dos desafios que os alunos com baixa visão enfrentam, são a falta de preparo dos professores da sala regular e a falta de equipamentos eletrônicos na sala de recursos. É importante ressaltar que precisa haver preparos adequados por parte dos professores para atuarem com alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

As professoras da sala regular que participaram desta pesquisa utilizavam recursos didáticos que não são propriamente adequados para o melhor desenvolvimento das atividades com os alunos de baixa visão.

O ponto positivo que pudemos observar é o fato que a professora da sala de recursos não se limita com os poucos materiais que são disponíveis na sala, ela procura meios de adaptá-los para que os alunos possam ter um melhor acesso às informações necessárias para seu aprendizado.

A escola Infelizmente não possui recursos específicos para trabalhar mais a fundo com os alunos de baixa visão, se tivesse certamente as possibilidades de aprendizagem seriam aumentadas assim também as demais. Materiais estes que deveriam ser disponibilizados pela rede municipal, a qual a escola está inserida.

Outro fator que nos chamou atenção foi à questão da ausência da família desses alunos no contexto escolar. Sabemos que a família tem um papel importante no processo de construção que o aluno tem sobre a sua deficiência. A família precisa ser a primeira instituição a orientar o indivíduo em sua trajetória de vida, e conservar o respeito diante de sua própria identidade. Por mais que a princípio haja dificuldades, com o tempo as mesmas podem ser superadas, isto é, no grau em que os pais percebem a deficiência e que a criança é capaz de desenvolver-se, o papel da família neste momento é avaliar e a superar juntamente com a criança cada situação difícil que possa vir a acontecer.

Analisamos assim, que as crianças ditas como normais ou as crianças com algum tipo de deficiência, a criança com baixa visão precisa de amor, carinho,

compreensão e encorajamento por parte de seus pais e professores. Diante este dilema, é necessário que eles estejam cientes deste tipo de deficiência, para que possam orientá-los da melhor forma.

A limitação visual dos alunos com baixa visão é um dos fatores que o professor precisa desempenhar para construir novos conhecimentos junto aos alunos.

Concluimos que esta pesquisa trouxe para o campo da educação um conjunto de novas questões a qual não podem em hipótese alguma deixar de serem atendidas diante de qualquer processo educacional, principalmente nas escolas públicas, onde ainda há muito que ser feito para a boa recepção ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BRASIL, **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Acesso em: 04 nov. 2018

BRASIL, LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CERQUEIRA, J. B. & FERREIRA, E. M. **Recursos didáticos na educação especial.** Instituto Benjamin Constant – Rede Saci, 10/05/2004.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. **Os recursos didáticos na educação especial.** Rio de Janeiro: *Revista Benjamin Constant*, 15. ed., abril de 2000. FÁVERO, E.A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E.

Atendimento Educacional Especial: aspectos legais. In: FÁVERO, E. A. G.; PANTOJA, L. de M. P. e MANTOAN, M. T. E. Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas –São Paulo: MEC/SEESP, p. 25-42, 2007

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial.** Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira** /Celma dos Anjos Domingues [et.al.]. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3.

DOMINGUES, Celma dos Anjos... [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira.** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]:

Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 3. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

Fachin, Odília. **Fundamentos de Metodologia** - 5ª Ed.[rev.] – São Paulo: Saraiva, 2006.

GONZÁLEZ, Eugenio. *Necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GROS, Begoña. **O impacto dos jogos digitais na educação**. Primeira segunda-feira. v. 8, n. 7, jul. 2003.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em: 04 nov. 2018.

LADEIRA, Fernanda; QUEIRÓS, Serafim. Compreender a baixa visão. Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica, nº 140, ed. 7, 1350-346, Lisboa, 24 de jun. 2002.

LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20/09/2018.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos**. Revista Integração, nº 20, p. 29-32, 1998.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed., São Paulo, SP: Cortez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação especial no Brasil: História e políticas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NASSIF, M. C. M. **Inclusão do aluno com deficiência visual na sala comum do ensino regular: a fundação Dorina como parceira neste processo**. In: MASINI, E. F. S. (Org.). *A pessoa com deficiência visual: um livro para educadores*. 1. Ed. São Paulo: Vetor, 2007, p. 209-236.

OCHAÍTA, Esperanza; ESPINOZA, Ángeles. **Desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais**. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Rejane P. **Escola, Desempenho, Família: Relações que se constroem**. Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia da universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

PETERSON, P. J. **Inclusão nos Estados Unidos: A implementação e capacitação de professores**. In: Revista Brasileira de Educação Especial[online]. 2006.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

REGANHAN, W. G. **Recursos e estratégias para o ensino de alunos com deficiência: percepção de professores**. Marília: Unesp, (Dissertação de Mestrado). Revista das Faculdades Integradas Claretianas Nº6 janeiro/dezembro de 2006.

SÁ, D.; CAMPOS,C.;SILVA,C .**Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual**. Curitiba: Gráfica e Editora Cromos, 2007.

SÁ, E. D. **Alunos com baixa visão: um desafio para os educadores**. Revista Aprendizagem. , v.8, p.48 - 49, 2008.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões**. 1º Ed. São Paulo, Paulinas, 2014.

SILVEIRA BUENO, J. G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

SIQUEIRA, F. A. C. **Inclusão, Integração, Educação**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/9386/1/a-inclusao-de-pessoas-portadoras-de-necessidades-educativas-especiais-na-educacao-fisica-escolar/pagina1.html>>. Acesso em 08 de nov de 2018.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** jomtien, 1990. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2018.

VASCONCELLOS, C. S. **Metodologia Dialética-Libertadora de Construção do Conhecimento em Sala de Aula** (Série Cadernos Pedagógicos do Libertad, n. 2). São Paulo, Libertad. 1991.